



45

REVISTA  
PORTUGUESA  
DE  
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

# **A Guerra Fria e o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil**

## ***The Could War and the Civil Military coup of 1964 in Brazil***

GILVAN VEIGA DOCKHORN

Doutor em História das Sociedades Ibero-Americanas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) é Professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil, investigador colaborador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra, Portugal (CEIS20) onde desenvolve pesquisa de Pós Doutorado com bolsa de Estágio Sênior da CAPES. [gilvan.vd@gmail.com](mailto:gilvan.vd@gmail.com)

### *Resumo:*

O presente texto analisa o golpe civil militar de 1964 no Brasil deflagrado por uma ampla coalizão de forças conservadoras que depôs o presidente João Goulart e originou um regime ditatorial que durou 21 anos. A análise parte da conjuntura da Guerra Fria, relacionando questões internas da política, sociedade e economia brasileira com a política externa dos Estados Unidos. Aborda as narrativas acerca do período e o apoio norte americano ao regime ditatorial brasileiro com a estruturação de um corpo ideológico baseado em princípios da Guerra Fria que justificavam a ruptura com o incipiente processo democrático brasileiro.

### *Palavras chave:*

Golpe Civil-Militar no Brasil; Ditadura; Doutrina de Segurança Nacional; Guerra Fria; Autoritarismo.

### *Abstract:*

This paper analyzes the civil military coup of 1964 in Brazil set off by a broad coalition of conservative forces that overthrew President João Goulart and gave a dictatorship that lasted 21 years. The analysis strikes up with the situation of the Cold War, associating internal political issues, society and Brazilian economy with the foreign policy of the United States. Discusses the North American support to Brazilian dictatorship and the organization of an ideological body based on the principles of Cold War what justifies the rupture with the incipient Brazilian democratic process.

### *Keywords:*

Civil-Military coup in Brazil; Dictatorship; National Security Doctrine; Cold War; Authoritarianism.

Afirmar que o século XX foi “desenhado” pelos conflitos e guerras é uma redundância na medida em que todas as épocas foram marcadas por estas características, das disputas por subsistências na “pré-história” às Guerras Médicas, das Cruzadas às Guerras Napoleônicas. Contudo, os efeitos de tais eventos fora das zonas onde os conflitos ocorreram somente foram sentidos, e quando o foram, muito tempo depois.

As últimas décadas do século XIX e a primeira metade do século XX foram marcadas pelo desenvolvimento material e tecnológico, pela intensificação da industrialização e urbanização, pelo sistema de alianças, pelo imperialismo, pelos nacionalismos, pelo avanço nas comunicações, pela busca crescente por matérias primas e mercados consumidores. Estas características fizeram com que a Grande Guerra de 1914-1919, a Revolução Russa, o “crack” da bolsa em 1929, a “Grande Depressão”, a ascensão dos movimentos e dos regimes totalitários, a Segunda Guerra Mundial e a polarização da Guerra Fria redefiniram a sociedade, a economia, a política, os costumes, a geografia e a própria construção da memória de tal maneira que atingiram imediatamente países em diferentes estágios de desenvolvimento em todas as partes do globo, do Japão às colônias européias na África, do povo palestiano aos habitantes do cone sul da América. As conseqüências destes acontecimentos foram globais mesmo com todas as limitações de comunicação e acesso à informação, quando comparadas obviamente com as possibilidades do final do século XX e início do XXI.

Entre 1914 e 1945 mesmo a velha Europa, como Judt e Hobsbawm brilhantemente apontaram, “desfez-se em pó” ao passo que os Estados Unidos, de território, população civil, cidades e indústrias preservados, foi alçado à condição de potência. Com isso houve um rápido movimento de redução da influência européia em processo inversamente proporcional à intensificação da “norteamericanização” do Brasil e da América Latina como um todo.

O Brasil teve importante posição estratégica para os Estados Unidos até o final da Segunda Guerra, cedendo locais para bases aéreas e outras instalações militares (na região nordeste), mantendo acordos que permitiam aos Estados Unidos superar antigas restrições tais como a presença de soldados estrangeiros uniformizados em território nacional e o direito de aviões norte-americanos decolarem e pousarem no Brasil sem aviso prévio. (FICO: 2008, p. 19)

A relação com o Brasil se revelou fundamental para os Estados Unidos consolidarem sua liderança no continente, ainda mais com a titubeante posição da Argentina em relação aos aliados, contudo, no pós-Guerra a ênfase foi deslocada para o Programa de Recuperação Europeu. Nesse período, os esperados auxílios na consolidação dos processos de industrialização e desenvolvimento

no Brasil foram frustrados. Mesmo na área de fornecimento de armamentos e treinamento, as relações foram mais propriamente diplomáticas, resultando em uma maior dependência militar/tecnológica (dos países latino-americanos de forma geral) com resultados mais positivos aos Estados Unidos, como a venda de equipamentos obsoletos, a manutenção de laços de exclusividade no fornecimento de armas e o comprometimento na defesa do continente.

O fator determinante na alteração da forma como os Estados Unidos se relacionavam com a América Latina e especificamente com o Brasil esteve no processo da Revolução Cubana, não ela em si, mas a virada, em 1961, do governo de Fidel Castro em direção a um regime de inspiração socialista aliado à União Soviética. A preocupação anticomunista norte-americana já havia sido insuflada com a Guerra da Coreia (1950-1953) e com as estratégias de atuação de apoio à países em desenvolvimento defendida pela União Soviética sob o comando de Khrushchev.

A “crise dos mísseis” foi o ápice destas tensões e para evitar que o exemplo cubano fosse seguido no continente, o governo dos Estados Unidos ousou na política em relação à América Latina pois adotaram uma postura de permanente “vigilância”, que teve como primeiros resultados o incremento na formação político-ideológica da oficialidade militar com vistas a intervir nos processos políticos da América Latina.

De Eisenhower à Kennedy, o reaparelhamento das forças armadas latino-americanas e a formação de oficiais militares ligados à contra-insurgência se tornou o mote da política externa dos Estados Unidos em relação ao continente, principalmente na Escola das Américas, a *U.S. Army School of the Americas*, situada em *Fort Gulick*, na zona do Canal do Panamá, a qual formou de 1961 a meados dos anos 70, 33.147 militares provenientes das Forças Armadas da América Latina.

A mudança de orientação para a América Latina se revelou na adoção do princípio da defesa coletiva do continente e no programa “Aliança para o Progresso”, lançado em 13 de março de 1961 e administrado pela *U.S. Agency for International Development* (USAID) consolidado no Brasil após o golpe civil-militar de 1964.

### **Discursos Historiográficos**

A Europa Pós-Segunda Guerra caminhou, em ritmos diferentes, para a estruturação do “Estado-Providência”, no sentido de readequação do Estado, da governação, da própria economia capitalista e do delicado equilíbrio das relações internacionais. Estados “profiláticos” como aponta Judt, pois servi-

ram de barreira contra o retorno ao passado da depressão econômica e suas consequências políticas imediatas, como o fascismo e o avanço das idéias comunistas; assim, representando de certa maneira a culminação do liberalismo reformista de finais do século XIX, esse tipo de Estado atendeu ao generalizado anseio por segurança e estabilidade. (JUDT, 2010, p. 23)

Em um período idêntico a América Latina foi palco de um processo contrário à boa parte da Europa (exceção, por exemplo, de Portugal e Espanha). Atingida por instabilidades políticas e sociais em contextos de crise econômica, países de pouca tradição democrática ou com incipientes processos democráticos buscaram segurança e desenvolvimento amparados em Estados autoritários. Assim, os golpes políticos que instauraram ditaduras no Brasil em 1964, na Argentina em 1966 e 1976, no Uruguai em 1973 e no Chile em 1973, revelam uma tendência autoritária de superação de crises e impasses.

O Brasil do pós Guerra ainda não havia consolidado valores e práticas democráticas em razão do curto período de exercício da liberal-democracia a qual, diga-se de passagem, não foi um instrumento de afirmação da burguesia como nas modernas democracias, mas sim uma ampla negociação “pelo alto” após o final da ditadura do Estado Novo (com Getúlio Vargas, de 1937 a 1945) que atraiu para o novo governo setores conservadores e vagamente progressistas de pouco ou quase nenhum apreço pelos valores democráticos.

A aguda movimentação social observada nos anos 60 representou um efetivo teste para as instituições políticas do país no momento em que os mecanismos de representação, delegação e tutela de poder recém começavam a serem estabelecidos e acolhidos.

Contudo, houve um esquecimento conveniente e o período foi pouco visitado pela história e praticamente negligenciado pela memória social. No exercício historiográfico o século se “encerrava” ao final do Estado Novo em 1945.

Rememorar, mesmo antes de compreender este processo, gerou inúmeras polêmicas e revelou as limitações da construção historiográfica brasileira no que tange à história recente.

Tanto que os principais trabalhos acerca do golpe e do regime provinham, em grande parte, da ciência política, sociologia, jornalismo ou mesmo das memórias dos partícipes que formaram um primeiro conjunto de narrativas sobre o período. Trabalhos importantes sem dúvida, mas insuficientes na compreensão do processo político-social vivido no país pois basicamente tratavam o Golpe como uma determinação histórica, quer pelas limitações na estrutura democrática, quer pelas ações dos governos ou de classes sociais.

Como de praxe, as efemérides trazem uma renovação da atenção sobre determinado assunto. No ano do cinquentenário do golpe civil militar houve

uma ampliação do interesse sobre o tema, e não apenas acadêmico. Conferências, colóquios, publicações, matérias de revistas, artigos de jornais, programas de televisão, documentários, enfim, o país vivenciou uma “aceitação” que não houvera anteriormente, mesmo nas datas “rememorativas” pós-redemocratização (como em 1994 ou 2004).<sup>1</sup>

A passagem dos cinquenta anos deu vazão à um conjunto de análises que discutiram não apenas as razões do golpe, mas questões como a duração do regime que se seguiu, o papel da sociedade no processo golpista e na sustentação do regime, a resistência ao terror de Estado, a estrutura repressiva, o papel de agentes externos, o campo cultural, a atuação do poder legislativo e do judiciário, a função desempenhada pela imprensa, a atuação da igreja, etc. Notadamente ocorreu uma mudança explicativa que passou a privilegiar o indivíduo, sua subjetividade, o cotidiano, revelando um progressivo abandono de conceitos clássicos como classe social, modo de produção, determinismo econômico, etc., que, notadamente, marcaram as análises até então.

Abordagens senão inéditas, provocativas, as quais auxiliaram na expansão e na compreensão da natureza e do alcance do regime civil-militar brasileiro e, por consequência, na elaboração de um novo padrão narrativo.

Por isso, a atual ênfase nas análises do golpe, do regime e do processo de transição revela um novo momento, não apenas da produção acadêmica, mas sobretudo, da própria relação da sociedade brasileira com sua memória. Para alguns, tal mudança repousa sobre a superação de velhos estereótipos em razão de uma renovação historiográfica e uma mudança geracional. (FICO, 2004b: p. 30)

Mesmo não sendo objetivo deste trabalho, faz-se necessário um rápido balanço acerca da produção sobre o golpe e o regime pós 1964. De imediato podem ser classificadas as primeiras interpretações sobre a deposição de Goulart em estudos sobre o caráter preventivo do golpe político; sobre as conspirações pré-golpe de estado; as análises conjunturais de um novo ciclo de acumulação produtiva em descompasso com a forma de dominação política e acessos à documentações inéditas e registros da memorialística.

---

<sup>1</sup> Devem ser ressaltados os esforços de pesquisadores nos períodos anteriores como demonstram as seguintes compilações de abordagens distintas propostas por Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; Motta, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004 e Soares, Gláucio Ary Dillon; D’aráujo, Maria Celina (orgs.). *21 Anos de Regime Militar: Balanços e Perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

Os clássicos estudos dos “brasilianistas”, termo utilizado no meio acadêmico em relação a produção estadunidense acerca da História do Brasil Contemporâneo, legaram importantes contribuições. Skidmore, Stepan (fazendo alusão à um suposto papel “moderador” dos militares na política) e Drosdoff (abordando as diferentes correntes na instituição militar) entre outros criaram análises coesas amparadas em amplo acervo documental.<sup>2</sup>

As memórias cumpriram destacado papel na construção dos discursos sobre o período, revelando os bastidores e as impressões pessoais dos participantes ligados direta ou indiretamente ao governo ou em oposição à este.<sup>3</sup> Neste sentido deve ser destacado o empenho na análise da memória militar realizado pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC). Após um conjunto de entrevistas com militares foram publicados três volumes com depoimentos acerca do golpe, da manutenção do regime e da transição política.<sup>4</sup>

No processo de transição vivido nos anos oitenta, abertura política em curso, a denúncia dos crimes e abusos cometidos pela estrutura do aparelho repressivo também gerou uma série de publicações que apontavam não apenas o perfil dos atingidos mas a própria constituição do Estado autoritário.<sup>5</sup>

Desde os primórdios do golpe, a defesa da tese do “colapso populista” esteve presente em trabalhos de Ianni e da resistência às reformas propostas pelo governo Goulart, caso de Moniz Bandeira, o qual realizou uma interes-

---

<sup>2</sup> Stepan, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975. Stepan, Alfred. *Authoritarian Brazil: Origins, Policies and Future*. New Haven: Yale Univ. Press, 1973. Skidmore, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco – (1930-1964)*. 5.<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. – *Brasil: de Castelo a Tancredo – (1964-1985)*. 4.<sup>a</sup> Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Drosdoff, Daniel. *Linha Dura no Brasil: O Governo Médici 1969-1974*. Tradução de Norberto de Paula Lima. São Paulo: Global, 1986.

<sup>3</sup> Viana Filho, Luis. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975. Dulles, John W. F. *Castelo Branco: O Presidente Reformador*. Tradução de Heitor A. Herrera. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. Mello, Jayme Portella de. *A Revolução e o Governo Costa e Silva*. Rio de Janeiro: Guavira Editores Ltda., 1979. USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o Silêncio – OBAN DOI/CODI 29 Set. 70-23 Jan 74*. 2.<sup>a</sup> Edição. Brasília: Editerra Editorial, 1987.

Sirkis, Alfredo. *Os Carbonários: Memórias da Guerrilha Perdida*. 9.<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Global Editora, 1984.

<sup>4</sup> D’araujo, M. C., Soares, G. A. D., Castro, C. (Org.) *Visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

<sup>5</sup> Vários Autores. *Brasil: Nunca Mais*. Projeto “B”. 14.<sup>a</sup> Edição. Petrópolis: Vozes, 1986. Vários Autores. *O Perfil dos Atingidos*. Tomo III. Petrópolis: Vozes, 1988.

sante análise documental acerca da participação dos Estados Unidos na construção do golpe.<sup>6</sup>

As análises do sistema político brasileiro e seus processos de fragmentação e paralisia decisória balizaram importantes estudos, como de Santos que observou o golpe como resultado da falência do sistema político (abordando o padrão de coalizões no Congresso e seu sistema polarizado e paralisado que resultou em uma situação de colapso e incapacidade do governo em tomar decisões fundamentais) e Figueiredo, sobre as limitações das possibilidades de conciliação do governo Goulart.<sup>7</sup>

Gorender apresentou um consistente estudo baseado em princípios marxistas, abordando a “modernização conservadora” formulada pelo núcleo burguês industrializante e os setores vinculados ao capital estrangeiro que acabou por resultar na conspiração golpista de 1964 que, segundo o autor, representava a resposta à ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo pela mobilização das camadas subalternas. Sua obra referencial estuda detalhadamente os agrupamentos políticos de esquerda, sobretudo aqueles que resistiram ao regime através das armas.<sup>8</sup>

O trabalho de Moreira Alves foi essencial na compreensão dos mecanismos do Estado autoritário.<sup>9</sup> As pesquisas de René Dreiffuss são referências ainda atuais; além de apontar as especificidades do “Estado burocrático autoritário” brasileiro, defendeu a tese de que o golpe de 1964 expressou a culminância de um processo de longo curso de organização civil-militar dirigido por instituições e grupos de pressão ligados à burguesia multinacional e associada. Estes setores não encontraram um correspondente político adequado à sua hegemonia econômica, tendo este processo chegado ao limite no governo Goulart.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> Bandeira, Moniz. *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. Ianni, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 3.<sup>a</sup> edição/ revista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Sobre os Estados Unidos e o golpe ver: Corrêa, Marcos de Sá. *1964 Visto e Comentado Pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.

<sup>7</sup> Santos, Wanderley Guilherme. *Sessenta e Quatro: Anatomia da Crise*. Rio de Janeiro: Vértice, 1986.

Figueiredo, Argelina Cheibub. *Democracia ou Reformas? Alternativas Democráticas à Crise Política -1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

<sup>8</sup> Gorender, Jacob. *Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987. Outra obra referencial acerca das organizações de esquerda: Reis Filho, Daniel Aarão. *A Revolução Faltou Ao Encontro – Os Comunistas no Brasil*. 2.<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Brasiliense, 1990.

<sup>9</sup> Moreira Alves, Maria Helena. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 3.<sup>a</sup> Edição. Petrópolis: Vozes, 1985.

<sup>10</sup> Dreiffuss, René Armand. *1964: A Conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.



A ênfase no papel desempenhado pela instituição militar nas questões políticas do país foi tema abordado, para além do clássico estudo já citado de Stepan, na desconstrução de Martins Filho acerca da teoria da divisão das forças armadas em “duros” e “liberais” e do estudo de Oliveira sobre a dinâmica do pensamento político militar ao longo do regime.<sup>11</sup>

Recentemente foram elaborados estudos enfatizando o processo golpista e o regime autoritário como produtos sociais, ou seja, o Estado autoritário como expressão dos valores e interesses dominantes da sociedade.<sup>12</sup>

Como em processos de reencontro com a memória, há uma série de revisões que invertem o processo de análise enfatizando as limitações do governo Goulart, sua inabilidade em organizar coalizões e propor reformas, como motivação e inevitabilidade do golpe ou mesmo sugerem que a ditadura propriamente iniciou após a decretação do Ato Institucional nº 5 e o “fechamento” do poder em 1968.<sup>13</sup> Carlos Fico tem se destacado em seus trabalhos sobre os sistemas de informação e segurança e a questão da censura.<sup>14</sup>

## O Golpe

O golpe civil-militar de 1964 não foi um contragolpe ou uma ação preventiva, nem uma defesa contra um projeto alternativo de tomada de poder ligado ao Partido Comunista ou contra uma proposta do governo Goulart em alterar radicalmente a sociedade brasileira. Os movimentos sociais e partidos de esquerda além de não estabelecerem interligações ou identidades com o conjunto da população, não se afirmavam como alternativas de poder ou mesmo de sustentação do poder constituído.

Não restam dúvidas a respeito da efetiva preocupação das elites brasileiras com um possível avanço das camadas populares mobilizadas pelo discurso do governo Goulart; havia ainda determinações exteriores, tendo em vista o

---

<sup>11</sup> Stepan, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975. Martins Filho, João Roberto. *O Palácio e a Caserna: A Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)*. São Paulo: EDUFSCar, 1995. Oliveira, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.

<sup>12</sup> Quadrat, S. V.; Rollemberg, D. (org.). *A construção social dos regimes autoritários*. 3 vols. – *Brasil e América Latina; África e Ásia; Europa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

<sup>13</sup> Villa, M. A. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004. Gaspari, Elio. *A ditadura derrotada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. Napolitano, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

<sup>14</sup> Fico, Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

desejo da manutenção do processo de desenvolvimento industrial dependente no qual o Brasil estava submetido.

Para garantir, justificar e legitimar a quebra do processo democrático no país, colocando em prática um novo modelo de exploração do desenvolvimento periférico ou dependente, favorecendo uma “classe clientelística” em consonância com o contexto das relações de dominação do sistema capitalista internacional, o discurso golpista atribuiu ao governo Goulart uma condição de ilegitimidade sendo sua queda legal e moralmente justificável. Posição sustentada por considerável parte da sociedade como demonstraram as marchas conservadoras que reuniram milhares de pessoas nas principais cidades do país reivindicando a destituição do presidente e a defesa das instituições da sociedade brasileira – a família, a propriedade privada e a pátria – contra a “invasão” comunista.

Para os golpistas, as ações do presidente, insuflando mobilizações sociais pelas reformas, teriam conduzido o país a uma crise generalizada. Este seria a justificativa de um movimento salvacionista, que construiu e alimentou identidades coletivas muito antes de um conjunto sistematizado de idéias mesmo havendo o suporte da Doutrina de Segurança Nacional, que tanto serviu de referência organizacional quanto de justificação para a necessidade de construção de mecanismos e estruturas repressivos de controle social.<sup>15</sup>

A realização dos objetivos traçados pela coalizão golpista de 1964 exigiu uma drástica redução da imprevisibilidade político-social com a “normatização” da política, garantindo em termos atuais, governabilidade na aplicação do projeto desta coalizão.

Para setores expressivos da sociedade brasileira a estrutura política implantada após 1945 havia se tornado um obstáculo à afirmação da democracia e por isso a necessidade de intervenção política realizada por setores estratégicos da sociedade, mecanismo indigesto porém, necessário, na superação da paralisia decisória em que o sistema político estava inserido, no combate à quebra da hierarquia e disciplina na instituição militar (segundo os golpistas alimentada pelo governo), na reversão do caos administrativo, no combate à corrupção e, por fim, na repressão ao inimigo interno.

A coalizão aglutinada pela generalidade das oposições ao governo de Goulart garantia viabilidade e eficácia da ação (dstituição), mas não a necessária estabilidade do governo que se seguiu (construção do regime).

---

<sup>15</sup> Moreira Alves, Maria Helena. Op. Cit., p. 21.

O regime pós-64 se definiria pelo domínio direto do aparelho de Estado pela coalizão golpista com predomínio crescente da instituição militar.

A situação do Sistema Nacional de Informações (SNI) é exemplar. Criado menos de três meses após o golpe através do Decreto-Lei 4341 de 13 de junho de 1964, mantinha em seu estatuto original, o impedimento aos quadros militares de exercer funções dirigentes naquele aparelho. Contudo, entre 1968 e 1974, as seis principais posições do órgão, estavam ocupadas por generais do Exército que ainda poderiam ser promovidos, chegando em 1971 a ser criada a Escola Nacional de Informações (EsNI) deslocada da ESG.<sup>16</sup>

Na ausência da liderança carismática, mesmo de um programa confiável de fôlego que acenasse com um mínimo de benefícios e, em virtude das limitações impostas pela própria formação da coalizão golpista, o regime civil-militar não teve condições de converter ou “ressignificar” a lealdade política das bases sociais como as que sustentaram, mesmo que fragilmente, o governo de João Goulart.

Se havia apoio, concreto ou simbólico, que permitiu uma ação a ponto de destituir um presidente eleito pelo voto popular (vários foram os focos de resistência ao golpe, mas todos foram debelados e violentamente reprimidos) sem demonstração de comoção nacional, também deve ser ressaltado que a ação golpista não causou uma ativação política tal que demonstrasse apoio ao novo governo.

Sem lealdade política, sem identificação popular e prescindindo do parlamento, as políticas do governo distanciavam-se da sociedade. Logo, se revelaram medidas que explicitavam a forma ditatorial do regime: repressão, cassações, torturas, mortes, fim dos partidos políticos, cerceamento das funções do poder judiciário, censura, enfim, a reorganização do aparelho do Estado com vistas à institucionalização da exceção.

Mas justamente por ter mantido o parlamento, a Constituição e ter respeitado um conjunto de procedimentos político-eleitorais, o regime não esgotou a possibilidade de manobras institucionais em situações desfavoráveis.

Desta perspectiva se entende como o regime se manteve durante mais de duas décadas sem descambar para o mais puro fascismo (como no caso chileno ou paraguaio).

O governo que seguiu ao golpe foi além das tarefas reativas originais, superando qualquer expectativa de transitoriedade. Mas a crise acompanhou

---

<sup>16</sup> Entrevista do gen. Golbery do Couto e Silva a Alfred Stepan em 15 de setembro de 1981. Stepan, Alfred. *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, pp. 27-28.

o regime, e não raras vezes foi analisada pela historiografia como produto dos processos vividos a partir de 1968, no Brasil e em grande parte da Europa Ocidental. Esta forma de abordar a questão, além de negar ser a crise a constitutiva dos regimes de força, impedia a compreensão de que os movimentos de insubordinação não são sem precedentes. A oposição ao regime instaurado em 1964 nunca cessou, assumiu diferentes matizes, adotou a luta armada e a luta institucional, foi urbana e rural, mas o Estado de Segurança Nacional sempre enfrentou oposições e estas constantemente ressurgiram apesar de toda política repressiva.

Os partidos definidos pelo governo a partir do Ato Institucional nº 2, de 1965, a oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a sustentação do governo Aliança Renovadora Nacional (ARENA) não tinham estruturas capazes de organizar e mobilizar interesses políticos a não ser aqueles definidos pelo próprio regime.

### **As Bases ideológicas do Golpe**

Compreender o golpe de 1964 no Brasil também requer situá-lo no contexto da Guerra Fria. As limitações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na sua participação na Segunda Guerra e a superioridade demonstrada pelos norte-americanos, estimularam os militares brasileiros a renovar e reformular concepções político-estratégicas. Com a premissa da Guerra Fria de que era necessário preservar ou conquistar áreas de influência, foram sendo elaboradas propostas de criação de uma instituição de formação política, ideológica e estratégica de oficiais militares no Brasil. Por isso o acolhimento de uma missão norte-americana entre os anos de 1948 e 1960 para a construção da versão brasileira do *National War College*. Situação semelhante ocorreu nos países vizinhos, com a Escola Nacional de Guerra da Argentina, o Centro de Altos Estudos Militares do Peru e a Academia Superior de Seguridad Nacional do Chile.

A Escola Superior de Guerra (ESG) do Brasil foi criada em 1949, como um instituto de Altos Estudos, destinado a desenvolver e consolidar conhecimentos para a direção e planejamento da Segurança e Defesa Nacional com vistas ao pleno Desenvolvimento. Influenciada pela *Imperial War College* da Inglaterra e o *Institute de Hautes Études de la Défense Nationale* da França, a ESG inovou ao não se limitar à questão da política externa dedicando-se à inter-relação do projeto de desenvolvimento econômico, segurança nacional, educação, indústria e agricultura. Da mesma forma, incluiu civis como alunos da escola na medida em que se buscava a preparação de uma elite intelectual

apta a assumir o governo. Sendo determinante na formação ideológica e nas posições adotadas pela elite militar e civil participou decisivamente na campanha de desestabilização do governo Goulart e na conspiração que conduziu ao golpe.

Na ESG tomou corpo a Doutrina de Segurança Nacional, fruto direto da Guerra Fria, a qual determinou a adoção dos novos conceitos de guerra não-convencional. As Forças Armadas não se limitariam em defender as fronteiras geográficas. “Para a ESG a segurança nacional era, em grande parte, função de maximização racional do produto da economia e minimização de todas as fontes de cisão e desunião dentro do país”.<sup>17</sup>

As novas orientações refletiram no papel político desempenhado pela oficialidade militar pois no período pré-golpe foi potencializada a convicção na ineficácia dos partidos, do sistema partidário, dos agentes políticos e da própria democracia pois estes agiam mais como empecilhos no crescimento econômico, como barreira na afirmação do país como potência e como fragilização da segurança nacional. A ESG se tornou um instrumento político e ideológico determinando as fronteiras internas do comunismo.<sup>18</sup>

O governo ao encargo de elites técnicas e preparadas teria condições de conduzir as questões nacionais afetas ao desenvolvimento econômico e o controlar as camadas. O político cederia espaço ao técnico.

Segundo Rizzo de Oliveira “a ESG/DSN promovem a integração dos interesses maiores dos diversos setores das classes dominantes na medida em que, diretamente articulada com as Forças Armadas, servia de elo entre estas e aquelas”.<sup>19</sup>

Dada sua dimensão e influência no continente, os novos estágios da Guerra Fria e as peculiaridades da política exterior norte-americana, o Brasil assumiu importância fundamental na política de contenção dos Estados Unidos. Os Estados Unidos que lutaram ao lado dos soviéticos contra o nazi-fascismo, apoiaram na América do Sul um conjunto de idéias pautadas em princípios totalitários, os quais vieram a dar os contornos teóricos dos golpes e regimes autoritários entre os anos 60 e 80, mesmo que os articuladores civis e militares destes regimes procurassem se desvincular dos regimes não democráticos vividos nas décadas de 30 e 40. Os golpistas discursivamente colocavam as razões e os interesses do Estado acima do sujeito e das classes e procuraram ao longo de todo o regime despersonalizar o poder, mesmo mantendo elemen-

---

<sup>17</sup> Stepan, Alfred. Op. Cit., p. 132.

<sup>18</sup> Oliveira, Eliézer Rizzo de. Op. Cit., p. 24.

<sup>19</sup> Oliveira, Eliézer Rizzo de. Op. Cit. pp. 26-27.

tos típicos utilizados nos processos de mobilização e repressão dos regimes totalitários.

O regime pós 1964 representou a expressão política dos interesses de um bloco de alianças constituído por uma burguesia monopolista (vinculada ao grande capital e ao sistema financeiro), grandes proprietários de terras, uma parcela da burguesia deslocada do centro do poder na estrutura anterior, tecnocratas, parte expressiva do clero, classes médias, a oficialidade militar e a grande empresa da imprensa. O predomínio hegemônico esteve na fração monopólicia “nativa” vinculada ao capital estrangeiro.<sup>20</sup>

As tentativas de implantação de um projeto modernizante-conservador por parte das classes dominantes foi sucessivamente derrotada nas eleições desde 1945. Em 1961, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, ocorreu a tentativa de impedimento da posse do vice presidente João Goulart, inviabilizado pela resistência capitaneada pelo governador do estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, a chamada “Campanha da Legalidade”.

Os processos políticos no Brasil foram caracterizados por intervenções militares. Contudo, o golpe de 1964 alterou um padrão, os militares intervieram da mesma forma que em outras situações de crise, como 1945 e 1954, mas, diferentemente, assumiram o poder e neste permaneceram. A ameaça de quebra disciplinar e hierárquica nas Forças Armadas demonstrou ser um fator decisivo na união da caserna para a tomada do poder. No entender da coalizão golpista, a debilidade dos interesses tradicionais e o avanço das organizações de trabalhadores do campo e da cidade, refletidas nas questões econômicas, políticas e sociais, impediram o livre transcorrer do processo democrático. Daí a retórica golpista “romper com a democracia para salvá-la”.

O crescimento econômico da década de 50 propiciou aumento o grau de politização de todos os estratos sociais. Os empresários, representando novos projetos ligados aos interesses industriais e financeiros estrangeiros e associados, renovaram as atuações de suas associações de classe, como as federações das indústrias estaduais (como a de São Paulo, FIESP e a do Rio Grande do Sul, FIERGS) e os conselhos de produtores (Conselho Nacional das Classes Produtoras – CONCLAP), que articulavam ativamente a conspiração que destituiria João Goulart.<sup>21</sup>

---

<sup>20</sup> Padrós, Enrique Serra. “Ditaduras Militares e Neoliberalismo – Relações Explícitas nos Descaminhos da América Latina”. In.: *Ciências & Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras*. FAPA, n.º 16, Edição Especial, março/1996. p. 77.

<sup>21</sup> Dreifuss, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, pp. 93-100. Além de um minucioso estudo, o autor apresenta

Os interesses contrários à política de Goulart foram aglutinados em torno de instituições de ação política e ideológica que forneceram orientação e financiamentos na tentativa de influir nas eleições, no congresso e no próprio governo.

O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) foi criado oficialmente em 1962, mas estava sendo constituído desde o ano anterior por empresários e tecnocratas na defesa da liberdade de empresas que sentiam-se ameaçadas pelos programas reformistas de Goulart. Além de discordar da política econômica, criou grupos de estudo sobre variados temas, desde educação a leis trabalhistas ao controle da população e o desenvolvimento. A articulação do IPES era executada pelos “intelectuais” da direita, que criaram entre 1962 e 1964 uma rede de inteligência, onde ex-oficiais militares controlavam uma possível infiltração comunista no governo, distribuindo clandestinamente as informações recolhidas aos oficiais militares oposicionistas do país. Calcula-se que o instituto teve um gasto em torno de CR\$ 1 a 1,5 milhões anuais nesta rede de coleta e distribuição de informações.<sup>22</sup>

Houve uma intensa troca de informações entre o IPES e a ESG, expandindo os laços entre a elite civil e militar, recebendo financiamento externo e investindo altas somas em agências de publicidade na organização de uma propaganda anticomunista e antigoverno. Moniz Bandeira analisou os números da *Light & Power* que entre dezembro de 1961 a agosto de 1963 doou mensalmente a quantia de Cr\$ 200.000,00. No final deste período a empresa computava a importância de Cr\$ 7.318.178,20 distribuídos a entidades de cultura e beneficência. A Associação dos Diplomados da ESG (ADESG) também obteve auxílio, recebendo Cr\$ 100.000,00 em dezembro de 1962. Por sua vez a *Konrad Adenauer Stiftung*, órgão do Partido Democrata Cristão da então, Alemanha Ocidental, além de colaborar com o IPES, prestou ajuda ao notório conspirador, o governador paulista Adhemar de Barros, através da Mannesmann e da Mercedes Benz.<sup>23</sup> A política de desestabilização do governo por estes institutos recebeu ainda financiamentos do *Royal Bank* do Canadá, o Banco de Boston e o *First National City Bank*, Shell, Souza Cruz, Coca-Cola,

---

uma vasta lista de integrantes das federações e associações de classe, bem como componentes de agências técnicas criadas pelas associações, e também apresenta nomes de empresários e profissionais ligados à *Federation of the American chambers of Commerce*, fórum político das corporações multinacionais.

<sup>22</sup> Stepan, Alfred. Op. Cit. p. 115.

<sup>23</sup> Id.: O autor baseia-se nos apontamentos de R. E. Spence, diretor de orçamento da COBAST holding da *Brazilian Traction Light & Power*.

Bayer, General Electric, Remington Rand, IBM entre outras, a maioria de procedência norte-americana.<sup>24</sup>

O IPES congregou empresários anticomunistas que defendiam uma série de princípios para uma reforma “capitalista progressista” do sistema econômico e político do Brasil<sup>25</sup>, visando garantir a expansão econômica enquadrada em modelos coerentes com as determinações internacionais e conter a suposta ameaça da infiltração comunista. No período de maior ação desta entidade foram elaborados e enviados ao governo 23 projetos de reformas como alternativa às reformas preconizadas por Goulart.

O Grupo de Atuação Patriótica (GAP) foi gerado a partir do IPES, atuando no Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. Composto em sua maioria por jovens estudantes das classes média alta, combatia principalmente as políticas do governo Goulart, a legalização do Partido Comunista, o sistema de representatividade estudantil, encampação de refinarias, participação de comunistas e representantes sindicais no governo. Defendia a censura e restrição de acesso aos meios de comunicação de políticos de e acusava a falta de repressão governamental a greves e mobilizações dos movimentos sociais e sindicatos.<sup>26</sup>

Conforme documentação já levantada pela historiografia, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), fundado em 1959, atuava como uma unidade tática do IPES, coadunado com a CIA, apresentava-se através de grupos de industriais. O instituto foi organizado por entidades classistas, como a Associação Comercial do Rio de Janeiro, CONCLAP e ADESG. A Ação Democrática Parlamentar (ADP) foi o canal do IBAD no Congresso Nacional. Estes institutos atuavam em sincronia com grupos e organizações paramilitares como o Movimento Anticomunista (MAC), Movimento Democrático Brasileiro (MDB, não confundir com o partido de oposição legal fundado em 1966), Organização Paranaense Anticomunista (OPAC) e a Cruzada Libertadora Militar Democrática (CLMD), compartilhando pessoal, técnicas e recursos.<sup>27</sup> Deve-se ressaltar o decisivo apoio do alto clero da Igreja Católica nas articulações golpistas.

O complexo IPES/IBAD aliou estudos doutrinários à prática política, organizando setores conservadores e cooptando grupos de oposição ao governo que estavam dispersos nos movimentos estudantis, camponeses e operários.

---

<sup>24</sup> Bandeira, Moniz. Op. Cit. pp. 71-72.

<sup>25</sup> Stepan, Alfred. Op. Cit. p. 137.

<sup>26</sup> Silva, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 257.

<sup>27</sup> Dreifuss, René Armand. pp. 102-103.



A participação dos Estados Unidos foi determinante no processo golpista, não apenas financeiramente, mas com apoio logístico-militar. Segundo Bandeira, grupos de elite do Exército norte-americano, como os Boínas Verdes, chegaram ao Brasil em 1962, quando cerca de 5 mil norte-americanos deram entrada no Brasil <sup>28</sup>, fixando-se a maioria na região Nordeste, onde as Ligas Camponesas (lideradas por Francisco Julião) estavam em um alto nível de organização e atividade. Quando da deflagração da intervenção, Washington acionou a Operação *Brother Sam* para dar assistência militar aos conspiradores e, segundo alguns historiadores, atuar em caso de resistência armada.

A partir da definição do inimigo interno (tanto o comunismo quanto os partidários do governo deposto), a defesa da segurança nacional se estenderia a qualquer esfera da sociedade suscetível à escalada subversiva. Como o comunismo não utilizava as formas convencionais de ataque, pois o inimigo poderia ser qualquer indivíduo, deveria ser desenvolvida um mecanismos de segurança interna ampliando as ações repressivas do Estado. Todos os limites constitucionais foram transpostos na medida em que, em nome da segurança nacional, as liberdades individuais deveriam ser sacrificadas.

Com a *Doutrina McNamara*, apresentada em Montreal, no Canadá, pelo próprio Robert McNamara – Secretário da Defesa dos Estados Unidos por sete anos e diretor do Banco Mundial a partir de 1968 – (publicada sob o título original *The Essence of Security*), desde 1967 foi introduzido um novo elemento à segurança nacional: o desenvolvimento econômico. McNamara defendeu a idéia de que a estagnação econômica estaria diretamente relacionada com a incidência da violência social e crises políticas.

Segundo McNamara, a violência e os focos de tensão em qualquer parte do mundo ameaçavam a segurança e estabilidade de todas as nações do globo. Os Estados Unidos – gozando de uma situação privilegiada – teriam a responsabilidade de auxiliar a proporcionar as condições de segurança para os países periféricos alcançarem o desenvolvimento. Este auxílio viria sob forma militar e de assistência econômica.

Segurança e Desenvolvimento, a partir de então, passaram a ser os temas da Doutrina de Segurança Nacional. Países em que o nível de subdesenvolvimento era elevado não teriam a possibilidade de atingir um patamar adequado de segurança, visto que se encontrariam constantemente ameaçados pela invasão comunista, a qual tomaria proveito da fragilidade das relações

---

<sup>28</sup> Mais precisamente 4.968 norte-americanos desembarcaram no país segundo o Anuário Estatístico Brasileiro, referente ao ano de 1963. In.: Bandeira, Moniz. Op. Cit. p. 38.

políticas-econômicas-sociais resultante de suas condições de países periféricos e dependentes.

### **O Refinamento do Estado Ditatorial**

O apoio ao governo Castelo Branco se dava pela retórica fundadora do regime (“revolucionária”). Exaurida essa, o bloco dirigente utilizou-se de artifícios econômicos e de segurança interna como forma de angariar apoio. Superado este primeiro estágio “cirúrgico” de salvação nacional, mas mantida a intervenção, afirmava-se uma dualidade de ordenamentos, expressa na disputa entre a consolidação e institucionalização do regime autoritário e, em outro extremo, a restauração dos padrões políticos anteriores.

Com o acirramento das tensões na coalizão de forças golpistas, iniciava-se o processo de isolamento da elite militar no poder que assegurou a continuação do próprio regime o qual passou da fase de construção para a fase de consolidação.

O Ato Institucional n.º 5, baixado em dezembro de 1968, teve como pretexto o discurso do deputado Márcio Moreira Alves.<sup>29</sup> O caso “Moreira Alves” definiu uma nova etapa do movimento civil-militar iniciado em 1964: a radicalização política e o uso da coerção de uma forma mais veemente. A partir de então ocorreu um processo de refinamento do Estado de Segurança Nacional.

O AI-5 não teve prazo de vigência bem como afirmou disposições contidas nos dois primeiros Atos Institucionais e destinou ao Executivo uma ampliação de poderes. A partir de então o governo teria o poder de fechar o Congresso Nacional e as assembleias estaduais e municipais; teria o direito de cassar mandatos eleitorais de membros dos poderes Legislativo e Executivo; poder de suspender por dez anos os direitos políticos dos cidadãos; direito de demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários públicos; direito de demitir ou remover juizes; poder de decretar estado de sítio sem qualquer dos impedimentos fixados na Constituição de 1967; poder de suspender de garantia de habeas-corpus em todos os casos de crimes contra a Segurança Nacional; definir o julgamento de crimes políticos por tribunais militares.

---

<sup>29</sup> No discurso proferido em 3 de setembro de 1968, o deputado Márcio Moreira Alves (no entender da oficialidade militar) teria ofendido as Forças Armadas, taxando-as de “valhacouto de torturadores” e conclamou as “moças que dançam com os cadetes” a evitá-los. Como estava em vigência a Constituição de 1967, foi impossibilitado ao governo a punição ao deputado através da Lei de Segurança Nacional, a decisão de suspensão da imunidade foi levada à votação em dezembro e nesta o pedido foi negado (216 votos contra 141).

Os réus julgados por tribunais militares não teriam direito a recursos. Todas as disposições do Ato permaneceriam em vigência até que o Presidente da República assinasse decreto específico para revogá-lo.”<sup>30</sup>

Voltado efetivamente à Segurança Nacional, predominou entre os aparelhos do Estado os órgãos de informação e segurança. A instituição militar, pela primeira vez, envolveu-se diretamente na condução das ações repressivas, principalmente com o acirramento da luta armada entre os anos 1969 e 1973.

Os órgãos de informação e segurança assumiram crescente autonomia e durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), este processo atingiu o ápice, tanto que alguns historiadores o classificam como “os anos de chumbo”. Houveram ações concretas de oposição – caso do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Elbrick pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) – mas a construção de uma “mobilização pelo medo coletivo” serviu para justificar a continuação de uma legislação de exceção, ao mesmo tempo, os mitos (como a invasão comunista e o abalo às estruturas cristãs) foram alimentados por uma ampla campanha midiática nacionalista e ufanista.

Para aplicar seu projeto, a coalizão golpista no poder preservou estruturas típicas do ordenamento político-institucional anterior. A manutenção da forma institucional anterior por parte de um regime que se estabeleceu por variantes não constitucionais, instaurou um primeiro elemento emblemático, compondo o primeiro dos elementos fundamentais na interpretação dos processos de transição posterior: a dualidade de ordenamentos ou de outra forma, a situação autoritária em contradição.

A dualidade de ordenamentos também atendia a necessidade de encaminhar os interesses imediatos discordantes da ampla coalizão intervencionista.

Logo após este primeiro processo, que demandou certo tempo (entre 1964 e 1969), o regime passou ao processo de refinamento do Estado, por que pautado na transformação de todas as questões políticas, econômicas e sociais como tributárias da segurança nacional, em outros termos: militarização dos centros decisórios de poder e no redirecionamento das estruturas do Estado.

Este projeto proposto pelo regime não contemplou a todos os setores envolvidos na coalizão intervencionista, logo dissidências foram inevitáveis. Assim, “ilhas de interesses” foram formadas na base de sustentação do regime, reivindicando espaços maiores nos processos decisórios.

---

<sup>30</sup> Ato Institucional N.º 5. Ibid. p. 131.

A militarização dos centros decisórios, cumpriu função determinante no projeto político do regime, mas cedo alcançou uma situação limite. O fechamento do poder somente poderia ser sustentado com a intensificação do próprio arbítrio. Enquanto o regime conseguiu reverter a centralização do poder em benefícios para setores estratégicos, a militarização dos centros decisórios se manteve. Contudo, os choques entre interesses divergentes na base de sustentação do regime e a autonomização dos aparelhos de Estado ligados à informação e segurança definiram as resistências à forma do sistema político por parte daqueles estratos.

Não restando canais de manifestação do dissenso, dado o fechamento de poder, as insatisfações para com o governo foram transformadas tanto em votos de oposição quanto em mobilizações políticas para além das instâncias de representação formais.

Com o choque do petróleo e a falência do “milagre econômico” brasileiro, a desconstituição do regime partia de amplos setores, quer de antigos aliados (como as associações empresariais), das associações dos profissionais liberais, de parcelas da Igreja Católica (Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros), quer dos sindicatos não atrelados ao governo (principalmente da região do ABC paulista de onde se projeta o futuro presidente Luís Inácio Lula da Silva), quer de pressões externas, como a nova orientação dos Estados Unidos para a América Latina na gestão de Jimmy Carter (que enfatizava os direitos humanos).

Ou seja, resultou na recusa difusa à dominação imposta pelo regime, em um processo de insubordinação social.

A crise de funcionamento do Estado, em razão do colapso de suas estruturas e instituições, fez com que gradativamente o regime deixasse de ser funcional. Nesse momento ocorreu a fuga da insubordinação: um racha no bloco de poder. Desta “dupla fuga” ou seja, uma recusa mútua do regime surgiram as necessidades de mudanças profundas e irreversíveis nas relações de poder.

O regime tornava-se inviável em sua formatação original, sua continuidade dependeria de mudanças. Estas por sua vez, alterariam profundamente sua própria condição.

Os processos de flexibilização das relações políticas-institucionais e reestatização das relações sociais com o disciplinamento do dissenso compuseram a redefinição do Estado. Este, travestidos de conciliação, através de inúmeros aspectos, foi capaz de conter a dupla fuga por outros instrumentos que não a utilização do monopólio da força legal e a exclusão das instâncias de representação política.

A proposta da “abertura” como base da transição inseria-se em um projeto político para a recomposição do próprio regime de exceção. O trânsito de ordenamentos vivido no Brasil foi resultado da relação dialética do projeto oficial e do processo político, de concessões e de conquistas.

### **A Memória no País do Esquecimento e do Silêncio**

O golpe civil militar de 1964 no Brasil foi uma ação de classe, da mesma forma que a ditadura que se seguiu. Para sua efetivação foi necessária uma ampla coalizão de interesses nacionais somada à ativa participação dos Estados Unidos e do capital multinacional. Somente assim foi possível construir um ambiente favorável para o golpe e implantar um projeto que havia sido sucessivamente derrotado em consultas eleitorais.

A ditadura brasileira beneficiou setores da sociedade, os quais acumularam mais riqueza e se mantiveram na estrutura de poder mesmo com a transição vivida nos anos 80. Já o país adentrou em um processo de crescente endividamento externo que inviabilizou projetos equilibrados de desenvolvimento e acentuou históricas desigualdades sociais e econômicas.

Os crimes cometidos ao longo do período em que vigorou o terrorismo de Estado no Brasil ainda estão por serem estudados, julgados e seus autores identificados, responsabilizados e punidos.

Ao final de 21 anos, restaram 17 Atos Institucionais regulamentados por 104 Atos Complementares, 426 mortos e desaparecidos políticos, 50.000 pessoas presas somente nos primeiros meses da ditadura, 7.367 indiciados e 10.034 atingidos na fase de inquéritos, 707 processados na Justiça Militar por crimes contra a segurança nacional, 4 condenações à pena de morte, 130 banidos, 4.862 pessoas com direitos políticos cassados, 6.592 militares atingidos, milhares de exilados mais centenas de camponeses assassinados.

Em 1979, foi aprovada a Lei da Anistia, (Lei n.º 6.683 de 28 de agosto de 1979 e regulamentada pelo Decreto n.º 84.413 de 31 de outubro de 1979) que considerava “conexos” os crimes de qualquer natureza praticados por motivação política. A anistia sintetizou a base da transição, com a possibilidade de retorno dos exilados e a anulação dos crimes “de natureza política”, ironicamente definida pelo governo como a “pacificação da família brasileira”.

A transição brasileira foi tributária da injustiça e do esquecimento. O passado foi definido como intocável sob a alegação de que para construir a Nova República o “não revanchismo” deveria ser imposto.

Os regimes autoritários adotaram legislações similares referentes aos “crimes políticos ou com eles conexos” as quais impediram punições às viola-

ções cometidas em nome do Estado; na Argentina as “leis de ponto final” (lei n.º 23.492/86) e de obediência devida (lei n.º 23.521/87) e no Chile (decreto-lei n.º 2.191/78). A Lei da Anistia reconheceu a figura do desaparecido político. O Estado, fragilizado, assumia os excessos cometidos por frações do regime. Era o primeiro sintoma de sacrifício de parcelas do bloco dirigente em nome da preservação do bloco dominante.

Nos quatro anos seguintes (80 a 84) o apelo à redemocratização, como normalização da política e a ênfase à uma nova condução econômica constituíram a resposta apropriada à crise do Estado.

Os discursos acerca do processo de estruturação da ditadura brasileira são fruto de análises (e da dialética lembrança-esquecimento) que respondem ao seu tempo. Mesmo 50 anos após o golpe e 30 do final do regime, ainda se discute no Brasil questões ligadas à preservação ou destruição de documentos, abertura de arquivos, responsabilizações por atos contra os direitos humanos, monumentos, personagens, processos.

As abordagens predominantes, seguindo a conjuntura política-ideológica do final do século XX, colocaram mais empecilhos do que auxiliaram nas discussões acerca da memória do passado recente. Tanto que se passou a relativizar os abusos cometidos em nome do Estado, anulando responsáveis e, ao fim, recuperando positivamente aspectos da ditadura no mesmo movimento em que desvalorizaram os significados dos movimentos oposicionistas. Com esta lógica, foi construída uma forma peculiar de esquecimento, cristalizando no imaginário social uma determinada visão de mundo, de projeto político e de História.

Assim se dão os “combates pela memória”, as disputas para dar sentido à memória, a qual passou por momentos distintos, desde a negação das arbitrariedades do Estado de Segurança Nacional em voga nos anos 80 e, por consequência, ocultação do que não convinha na correlação de forças políticas e econômicas do presente, passando pela vitimização da setores da sociedade (desconsiderando o fato de que golpes, ditaduras e revoluções também são construções sociais). O processo de construção desta memória foi acompanhado do julgamento moral e do distanciamento (a “demonização” de alguns tais como os setores da esquerda, os militares mais ortodoxos do governo e os agentes civis da repressão que teriam atuado “autonomamente”).

As atuais discussões envolvendo a atuação da Comissão da Verdade no Brasil (criada em 2009) revelam as limitações na relação do país com seu passado recente e as fragilidades no processo de reconstrução (ou construção) democrática.

Mecanismo oficial de apuração de abusos e violações dos Direitos Humanos no período do regime civil-militar, a Comissão Nacional da Verdade representou o reconhecimento e acolhimento da luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos mas, por outro lado, revelou um conjunto de resistências à este encontro com o passado, quer das elites políticas, quer da grande empresa da imprensa. Ambos argumentam que reconhecer que ocorreram violações dos direitos humanos e que há responsabilização de governos, cidadãos e perpetradores seria uma forma de revanchismo ou um mecanismo de auferir vantagens com reparações econômicas.

Padrós defende que a abertura e publicização dos arquivos da ditadura possuem um conjunto de dimensões, sendo a histórica a primeira, que é a da busca pelo reencontro com a memória e a história, revelando como a memória do período foi construída ou omitida e demonstrando como se constituíram historicamente as ditaduras de Segurança Nacional; uma dimensão política com a análise das estruturas e correlação de forças políticas que sustentaram o regime; uma dimensão pedagógica que nos ensina formas de lidar com um passado traumático e eticamente condenar abusos do Estado e por fim, uma dimensão social, ou seja, problematizando o fato de que na sociedade brasileira atual permanecem formas e estruturas autoritárias. (PADRÓS, 2012: pp. 68-71)

Como em qualquer período, a disputa de interesses individuais e coletivos, em conjunturas diversas definiu os mecanismos em que se acentaram os conhecimentos históricos e a memória da história recente do país, neste campo em disputa a lembrança ou esquecimento definem como a sociedade brasileira enfrenta no presente seus grandes dilemas e limitações na construção de uma sociedade politicamente estruturada, socialmente mais justa e economicamente equilibrada.

## **Bibliografia**

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil – 1964-1984*. Bauru: EDUSC, 2005.
- ARRUDA, Antônio. *Doutrina da ESG: Principais Alterações Ocorridas nas Últimas Quatro Décadas*. In.: Revista da Escola Superior de Guerra, ano 5, pp. 18-20, 1989.
- AVELÃS NUNES, João Paulo. *Da “Crise de 1929” à “Crise de 2008”. Reflexão Historiográfica em Torno do Conceito de “Estado-Providência”*. In.: Vários Autores. *Estudos do Século XX – “Estado-Providência”, Capitalismo e Democracia*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, N.º 13, pp. 243-255, 2013.

- AVELÃS NUNES, João Paulo & FREIRE, Américo (coord.). *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra/Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart – As Lutas Sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- COMBLIN, P.<sup>a</sup> Joseph. *A Ideologia da Segurança Nacional – O Poder Militar na América Latina*. 2.<sup>a</sup> Edição. Tradução de A. Veiga Fialho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1978.
- CORRÊA, Marcos de Sá. *1964 Visto e Comentado Pela Casa Branca*. Porto Alegre: L&PM, 1977.
- DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a Ordem é Segurança e o Progresso é Desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão – Da Operação Brother Sama os Anos de Chumbo – O Governo dos Estados Unidos e a Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_. *Além do Golpe – Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004a.
- \_\_\_. *Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar*. In.: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 24, n.º 47, pp. 29-60, 2004b.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Em Torno da Discussão Sobre Os Novos Regimes Autoritários na América Latina*. In.: Dados – Revista de Ciências Sociais do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Campus, Vol. 25, n.º 2, 1982, pp. 165-187.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra – Uma História da Europa Desde 1945*. Edições 70: Lisboa, 2009.
- \_\_\_. *Reflexões Sobre Um Século Esquecido 1901-2000*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.
- KONRAD, Diorge Alceno. *A democracia brasileira não foi doada: a resistência na Ditadura Civil-Militar Brasileira*. In: ALVES, Clarissa Sommer; PADRÓS, Enrique Serra (orgs.). II Jornada de estudos sobre as ditaduras e direitos humanos – há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai. Porto Alegre – RS: APERS, 2013, p. 363-377. Disponível em: [http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1388085964.Ebook\\_II\\_Jornada\\_Ditaduras\\_e\\_DH.p](http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1388085964.Ebook_II_Jornada_Ditaduras_e_DH.p)
- REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.



- McNAMARA, Robert S. *A Essência da Segurança – Reflexões de um Secretário da Defesa dos Estados Unidos*. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. São Paulo: IBRASA, 1968.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964 – História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- PADRÓS, Enrique Serra. *Ditaduras Militares e Neoliberalismo – Relações Explícitas nos Descaminhos da América Latina*. In.: *Ciências & Letras – Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras*. FAPA, n.º 16, Edição Especial, março/1996. p. 77.
- . *Ditadura Brasileira: Verdade, Memória... E Justiça?* In.: *Historiae*, Rio Grande, 3 (3): pp. 65-84, 2012.
- REMOND, René. *Introdução à História do Nosso Tempo*. Lisboa: Gradiva, 1994.
- ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A Construção Social dos Regimes Autoritários – Legitimidade, Consenso e Consentimento no Século XX – Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.
- . *Os Militares: Da Abertura à Nova República*. Tradução de Adriana Lopez e Ana Luíza Amendola. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.